

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4.149 - DF
(2008/0092170-8)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA REFORMA
AGRÁRIA EM BRASÍLIA - ASSERA - BR
ADVOGADA : JOSILMA BATISTA SARAIVA E OUTRO(S) - DF011997
EXECUTADO : UNIÃO
EXECUTADO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA
PROCURADOR : VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S) - RS046424
INTERES. : NARA FIGUEIREDO
INTERES. : OTHILIA BAPTISTA MELO DE SAMPAIO
INTERES. : PAULO CEZAR REBELO MENDES OLIVEIRA
INTERES. : ALICE MARQUES GONÇALVES
HERD. DE : PAULO GONCALVES
INTERES. : ROBERTO MARQUES GONCALVES
HERD. DE : PAULO GONCALVES
INTERES. : CLAUDIO MARQUES GONCALVES
HERD. DE : PAULO GONCALVES
INTERES. : DIRCE BARCELLOS E ALBUQUERQUE
HERD. DE : PAULO PORTO E ALBUQUERQUE
INTERES. : RAIMUNDO ANTÔNIO DE CARVALHO
INTERES. : RAQUEL RODRIGUES AMORIM
HERD. DE : RAIMUNDO JOAO AMORIM PEREIRA
INTERES. : RAIMUNDO NONATO BEZERRA DA COSTA
INTERES. : RAUL DAVID DO VALLE JUNIOR
INTERES. : RENATO JOSÉ VAZ LORDELLO
INTERES. : RENATO PIMENTEL
INTERES. : RENATO RODRIGUES VIEIRA
INTERES. : ROBERTO FLORES MARTINS
INTERES. : ROBERTO JOSE RODRIGUES DA SILVA

DECISÃO

Por meio da **Petição nº 00531424/2019** (fls. 532-533), a Associação exequente alude ao deferimento da habilitação da herdeira e pensionista de PAULO PORTO E ALBUQUERQUE, informando que "os demais herdeiros renunciaram expressamente os seus respectivos quinhões e os cederam em favor da pensionista".

Nesse sentido, considerando que o crédito apurado em favor do *de cujus* encontra-se depositado em conta judicial junto à Caixa Econômica Federal, requer seja expedido alvará em nome da aludida herdeira e pensionista para levantamento dos valores pagos mediante a RPV 5130/DF.

Outrossim, mediante a **Petição nº 00531435/2019** (fls. 534-535), a referida Associação reporta-se à habilitação do espólio de RAIMUNDO JOÃO AMORIM PEREIRA, aduzindo que Raquel Rodrigues Amorim é sua única herdeira, estando consignado na adjudicação lavrada na escritura pública de inventário que cabe à apenas ela a totalidade dos bens e direitos do espólio.

Por essa razão, pleiteia também seja expedido alvará em nome dessa única herdeira para levantamento dos valores pagos através da RPV 5132/DF.

Contudo, importa ressaltar que, a despeito da renúncia dos demais herdeiros em favor de um deles, ou mesmo de haver adjudicação, na escritura pública de inventário, atribuindo a totalidade dos bens e direitos do espólio a um único herdeiro, não se dispensa a realização do inventário nos moldes a seguir descritos.

Com efeito, é imprescindível a apresentação da **certidão de inventariança ou do formal/certidão de partilha**, nos termos do art. 655 do CPC, **ou da escritura pública de inventário e partilha**, prevista na Lei nº 11.441/2007 c/c com o art. 610, § 1º, do CPC. Em qualquer caso (inventário judicial ou administrativo), o documento deve **relacionar o crédito que se pretende levantar**.

Os documentos apresentados pela Associação exequente são insuficientes, uma vez que não relacionam, em favor das herdeiras, os créditos dos citados requisitórios. Também não foi apresentado documento de sobrepartilha no âmbito judicial ou administrativo.

Diante do exposto, **indefiro** a expedição de alvarás judiciais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção